

Assuntos mais relevantes debatidos nos Eixos da 1ª Conferência Nacional das Mulheres Indígenas (CNMI)

Eixo 1 – Direito e Gestão Territorial

- Garantir a demarcação, homologação, ampliação, desintrusão e proteção permanente dos territórios indígenas.
- Revogar a tese inconstitucional do marco temporal
- Assegurar fomento para vigilância do território indígena pelas próprias mulheres indígenas.
- Criar canal de denúncia específico para combate à violação de direitos territoriais e ambientais em terras indígenas.
- Criar um sistema de mediação e conciliação de conflitos internos entre os povos indígenas que ocupam o mesmo território.
- Garantir a aprovação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Indígena (PNGATI) em lei.
- Garantir a elaboração, implementação e financiamento dos Instrumentos de Gestão Ambiental e Territorial Indígena (IGATIs).
- Garantir recursos financeiros e apoio institucional para projetos liderados por organizações, associações e movimentos de mulheres indígenas e juventudes.
- Garantir orçamento e agilidade para o levantamento das áreas de ocupação dos povos indígenas isolados e proceder com o devido registro de ocupação.
- Criar e implementar um Fundo de Gestão Ambiental e Territorial dos seis biomas brasileiros.

Eixo Temático 2 – Emergência Climática

- Assegurar a universalização do acesso à água potável de forma contínua, segura e em quantidade suficiente para o consumo humano e agrícola de todas as comunidades indígenas.
- Elaborar e implementar políticas públicas e planos de contingência para mitigação das emergências climáticas nos territórios indígenas.
- Garantir ações integradas e permanentes de mapeamento, monitoramento, prevenção e combate a incêndios nos territórios indígenas.
- Fomentar e promover programas, cursos, conferências, grupos de trabalho e eventos formativos para qualificação das mulheres e juventudes indígenas no enfrentamento da emergência climática.
- Assegurar a efetivação do direito à consulta livre, prévia e informada, conforme determina a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

- Criar e regulamentar a categoria de Agentes Territoriais e Ambientais Indígenas.
- Priorizar um programa de proteção das defensoras ambientais indígenas.
- Promover a proteção da biodiversidade e a recuperação ecológica dos biomas brasileiros.
- Realizar estudos socioambientais aprofundados e mapeamentos detalhados dos corpos hídricos nos territórios indígenas.
- Criar e implementar um Fundo de Emergências Climáticas.
- Garantir a implementação e manutenção de sistemas de geração de energia solar nos territórios indígenas.

Eixo 3 – Políticas Públicas e Violência de Gênero

- Implementar um Plano Nacional de Enfrentamento ao Racismo Institucional contra mulheres indígenas.
- Implementar uma política nacional de formação para a prevenção à violência contra mulheres e meninas indígenas.
- Garantir a participação paritária e efetiva das mulheres indígenas em todos os espaços de decisão.
- Fortalecer a "Bancada do Cocar".
- Garantir a criação, implementação e estruturação das Casas da Mulher Indígena (CAMIs) em todos os biomas.
- Implementar Centros de Referência da Mulher Indígena.
- Implementar um programa de combate à exploração sexual em territórios indígenas.
- Desenvolver e implementar políticas públicas integradas de proteção às mulheres, meninas e crianças indígenas.
- Fortalecer a rede interfederativa de atenção à saúde dos povos indígenas, por meio da criação de espaços e programas culturais, esportivos e de lazer permanentes voltados a crianças, adolescentes, jovens e mulheres indígenas.
- Fortalecer as organizações, associações, empreendimentos das mulheres indígenas, garantindo políticas públicas, editais e recursos para a geração de renda e a autonomia econômica.
- Implementar políticas públicas específicas, para mulheres indígenas em situação de rua e vulnerabilidade social.
- Criar o Fundo Nacional das Mulheres Indígenas (FNMI).

Eixo 4 – Saúde

- Criar Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) e estabelecer Polos-Base nos territórios indígenas que ainda não contam com essa estrutura.
- Implantar casas de saúde indígena, casas de parteira e casas da mulher nos territórios indígenas.
- Garantir espaços de acolhimento seguros para mulheres indígenas.
- Assegurar, por meio de fila específica no Sistema de Regulação (SISREG), o direito de acesso a exames, leitos e procedimentos de média e alta complexidade para a população indígena.
- Garantir a implementação de ações específicas de combate à violência obstétrica.
- Assegurar a efetivação da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI) no Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS), garantindo ampliação do orçamento para o fortalecimento da medicina tradicional indígena, dentro e fora dos territórios.
- Garantir recursos para a contratação, regulamentação e valorização de parteiras, raizeiras, benzedeiras, curandeiras, pajés e demais detentoras de saberes tradicionais.
- Garantir reserva de 50% das vagas para mulheres indígenas nos Conselhos Locais de Saúde (CLS), Conselhos Distritais de Saúde Indígena (CONDISI) e Fórum dos Presidentes dos Conselhos Distritais (FPCONDISI).
- Criar um programa de combate ao alcoolismo e entorpecentes nos territórios indígenas.
- Garantir orçamento específico e permanente para a formação continuada de todos os profissionais que atuam na saúde indígena.

Eixo 5 – Educação e a Transmissão de Saberes Ancestrais para o Bem Viver

- Garantir cotas específicas para mulheres indígenas nos processos seletivos de instituições de ensino superior.
- Implementar políticas de permanência e proteção social para meninas, mulheres e mães indígenas.
- Implementar a Lei nº 11.645/2008 (que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas), a Resolução CNE/CEB nº05/2012 (que define as diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar indígena) e legislações correlatas.
- Reformar as matrizes curriculares da Educação Escolar Indígena.

- Garantir a construção, reforma e funcionamento de escolas indígenas em todos os territórios, incluindo áreas de retomadas, contextos urbanos e zonas periféricas
- Promover programas de formação política, acadêmica e técnica voltados às mulheres indígenas.
- Promover políticas culturais específicas para mulheres indígenas.
- Garantir a contratação por concurso público específico e diferenciado de professoras e professores indígenas para escolas de ensino básico e universitário.
- Criar a Secretaria Especial de Educação Indígena (SEEI).